



(DES)VELANDO ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS – POSIÇÃO-SUJEITO NO NOTICIADO PELO ZERO HORA SOBRE O INCÊNDIO DA BOATE KISS¹

Ilana Regina Nicolodi²

Susan Mary dos Reis³

INTRODUÇÃO

O comportamento da grande mídia, na cobertura de tragédias que causam comoção, tem sido fonte de importantes e críticos estudos analíticos. Tudo porque, na ânsia de apresentar uma resposta capaz de trazer algum consolo à população comovida, não é incomum que os meios de comunicação ultrapassem, em muito, o seu direito e dever de informar, e se arvorem na posição de poderosíssimos juízes, detentores da “verdade”, não se pejando em apontar responsáveis, sem qualquer preocupação com os direitos fundamentais à defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, antes de findo o qual é a inocência que se presume, jamais a culpa!

E foi assim também a partir do trágico incêndio ocorrido na boate Kiss, em Santa Maria, na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013. Um total de duzentos e quarenta e dois jovens morreram, a grande maioria universitários, que celebravam uma festa promovida por estudantes. E morreram violentamente, pisoteados, esmagados e, sobretudo, sufocados por fumaça tóxica. Houve socorro sim, inclusive com a colaboração de alguns próprios jovens, que, após escaparem da boate, voltaram para tentar socorrer quem ficou, ou forcejaram na tentativa de quebrar a parede e liberar a saída e a troca de ar. Muitos desses jovens “heróis” acabaram gravemente feridos ou até mortos em razão de sua atitude, fato que também contribuiu muito para a comoção popular.

Os corpos foram retirados do local em caminhões frigoríficos, e levados para um ginásio da cidade, onde era feito o reconhecimento pelas famílias. Não há como dimensionar a dor dos

¹ Este texto é resultante de movimentos teóricos e analíticos em reuniões do Grupo de Estudos em Análise do Discurso, durante o primeiro semestre de 2013, na Universidade Passo Fundo. As autoras integram os Grupos de Pesquisa coordenados pela professora Carme Regina Schons a) “Processos de identificação sujeito/língua e processos de leitura/interpretação em diferentes materialidades” e b) “Corpo, imagem, língua(gem): um estudo de diferentes materialidades discursivas veiculadas na mídia impressa”, respectivamente.

Ressalte-se que uma mesma versão deste foi apresentada no 12º Seminário internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio Cultural “Leitura, Arte e Patrimônio: Redesenhando Redes”, durante a 15ª Jornada Nacional de Literatura. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

² Advogada e graduanda em Letras – Habilitação Português, Inglês e respectivas literaturas – UPF.

³ Susan Mary dos Reis é Mestre pela Universidade de Passo Fundo – UPF -, e professora em Ead na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

familiares que tiveram de passar por tal experiência. Foi uma universidade inteira comovida, que deixou uma cidade inteira de luto, chocada pela brutalidade do fato.

Diante desse verdadeiro “prato cheio” de emoções e histórias a especular, sobrepujaram muitas formações discursivas, proporcionando estudos de diferentes materialidades, sobretudo pelo fato de se estar diante de um novo acontecimento histórico e, na sequência, discursivo. Tudo tendo em conta que, para a Análise de Discurso,

um acontecimento discursivo é caracterizado como o ponto em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. O acontecimento inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir. (FERREIRA, 2007).

É, pois, sobre essa nova rede de discursividades que se centra a análise. A notícia eleita para servir de *corpus* à investigação objeto deste estudo é aquela publicada no jornal *Zero Hora*, pouco mais de uma semana após o ocorrido, no dia 05 de fevereiro de 2013 e assinada pelo jornalista Marcelo Gonzatto, cuja chamada diz o seguinte⁴:

Estratégia da defesa de Kiko, um dos donos da boate Kiss, é a humanização do réu Íntimo do célebre advogado, já falecido, Lia Pires, o advogado Jader Marques aposta em redes sociais, entrevistas e críticas a autoridades para obter um indiciamento menos severo para seu cliente

A partir dessa chamada, e com alguma inferência também sobre o desenvolvimento da notícia, quer-se investigar a posição-sujeito do subscritor da mesma, e, por via indireta, da empresa jornalística por ele representada, e a capacidade de produção de sentidos não só pelo dito, como também pelo silenciado.

A POSIÇÃO-SUJEITO DO ENUNCIADOR – O SILÊNCIO QUE PRODUZ SENTIDO

No jornalismo, o modo como o profissional da informação – o jornalista - faz uso da palavra para noticiar um fato aciona, na produção dos sentidos, o já construído imaginário da neutralidade da informação. Reproduzem-se memórias de versões conflitantes e engendramentos de fortes tensões no interior de uma comunidade. Isso porque, na matéria do jornalista, se mostram ideologias existentes entre os grupos que fazem parte do noticiado e articulam-se também saber e poder.

Já foi dito que

Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento

⁴ In: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/02/estrategia-da-defesa-de-kiko-um-dos-donos-da-boate-kiss-e-a-humanizacao-do-reu-4034958.html>



não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. (MARIANI, 1998, p. 59-60)

Do ponto de vista da autora, por serem os jornalistas também sujeitos históricos, “a produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, dos leitores e da linha política do jornal” (p. 60). Mariani considera o dizer jornalístico “um efeito imediato do falar sobre”, ou seja, a modalidade do discurso sobre dá ao sujeito enunciador condições para a produção de um efeito de distanciamento e o leva a marcar uma diferença com relação ao que é falado. A projeção da imagem que tem de si como um mero observador o autoriza a formular juízos de valor, emitir opiniões, até mesmo fazer crer que bandidos são vítimas ou heróis e transformar derrotados em verdadeiros vitoriosos. Tudo depende do teor de verdade conferido no tratamento do fato e tudo que a ele (o fato) estiver relacionado.

Já para Pêcheux, o discurso é o lugar de contato entre língua e ideologia. “O discurso é efeito de sentidos entre locutores” (1993, p. 82), ou seja, produz-se nas relações: dos sujeitos e dos sentidos.

Como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo outros sentidos. “Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1995, p. 55). Se pela teoria da argumentação “o não-dito ou o implícito é constitutivo na medida em que sustenta o dito”, como lembra Orlandi (1989, 43), conforme a mesma autora, “há não-ditos que representam um apagamento do sentido”. O apagamento, qual seja do sentido indesejado, qual seja na forma de silêncio constitutivo, desempenha papel na institucionalização e legitimação de sentidos, já que há efeitos da ideologia aí.

Orlandi (1995, p. 22) classifica o silêncio fundador como aquele em que o não-dito que é história e que dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) de língua e ideologia. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”. Já no silêncio constitutivo uma palavra apaga necessariamente as outras palavras. (p.24).

Considerando que a missão de um jornalista deveria ser a de apresentar as informações com a máxima isenção possível, de modo que o público-leitor pudesse interpretar os ditos e silenciados, o que se vê, em notícias como esta sob análise são

textos que apresentam pequenos nacos de realidade construída, sustentando a tradição da fórmula telegráfica quem-o que-quando-onde, com cada vez menos espaço para o porquê. E por espaço quero dizer tanto o número de caracteres reservados à notícia, como o espaço do dizível a partir da posição assumida pela empresa de jornalismo a respeito do fato noticiado. Afinal, os dois espaços estão interligados. E o que o leitor recebe é um discurso desprovido de discussão dialética, e que não levanta ‘porquês’. São textos recheados de ‘não-ditos’ (MITTMANN, 2010, p. 167).



É precisamente o não-dito, neste caso, que revela a posição-sujeito do jornalista e do jornal, e que bloqueia – tenta bloquear - os questionamentos que poderiam emergir a partir do noticiado. Veja-se que, desde a chamada da notícia, e embora sem que isto esteja *dito*, sabe-se qual é a posição-sujeito do enunciador (na voz do jornalista), uma vez que busca de forma deliberada noticiar de tal maneira a produzir julgamentos, acusações e condenação. Não deu margem sequer a uma análise de co-responsabilização! Apresentou, isto sim, o fato como “solucionado”, como “respondido”, encontrando-se a sociedade, agora, à espera da “justiça”, que não pode ser outra senão a condenação máxima do dono da boate.

De fato, desde a chamada da notícia (“tentativa de humanização do réu”), infere-se uma carga ideológica bastante forte. Ora, por acaso não seria o réu *humano*? Ainda que se tratasse de um horroroso psicopata, que tivesse agido com a pior e mais maléfica das intenções, com dolo de ferir e matar, ainda assim, deixaria de ser *humano*? Lógico, *humano* aqui quer se referir às características abonadoras da conduta humana, e não exatamente à espécie em si. Ainda assim, a escolha da palavra revela uma carga por demais condenatória do sócio da boate, por um lado, e, por outro, desacredita completamente a tarefa do advogado, convidando a opinião pública a não lhe dar crédito.

A notícia, quando chama a atenção para a *(des)humanização* do réu, “cala” a (ir)responsabilidade do Estado como agente fiscalizador, e a dos próprios bombeiros, como agentes de resgate, além dos demais direta ou indiretamente envolvidos no fato criminoso. O jornal ZH não diz, silencia, mas ao atribuir ao acusado a imagem de “monstro”, “desumano”, acusa sem acusar, condena sem condenar.

Faz exatamente aquilo que Ducrot ([1987], APUD ORLANDI, 1989, p. 20) definiu como a possibilidade de dizer alguma coisa “*sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio*”, ou

A significação implícita, por sua vez, pode, de certo modo, ser posta sob a responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a constitui por uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual, em seguida, ele tiraria, por sua conta e risco, as consequências possíveis (*ibidem*).

E “*uma vez que dizer implica em não dizer e, sendo a linguagem determinada ideologicamente, o que é silenciado é tão da ordem do ideológico quanto o dito*” (LISBOA, 2010, p. 153).

Ao criticar a defesa, a notícia deixa implícito que considera o sujeito culpado, a ponto de sequer merecer defesa, e abafa toda e qualquer ideia de corresponsabilização. E, ao ressaltar que o advogado contratado é renomado e certamente caro, chama a atenção do público para a hipótese eventual de o culpado restar inocentado e impune, como costuma acontecer com os ricos no país, fato com o qual a população não pode jamais se conformar.



Instiga, enfim, ainda mais o clamor por solução imediata para o caso, omitindo propositalmente todas as outras variáveis incidentes sobre o caso! Tudo sem olvidar que a colheita de provas sequer havia sido iniciado nesta data!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do modo como foi construída a notícia, percebe-se claramente a posição-sujeito do seu autor, e do jornal ao qual se filia, no sentido de culpabilizar o dono da boate e de abafar completamente eventual corresponsabilização. E faz isso tudo de maneira indireta, através da crítica à defesa, deixando implícito que o *culpado* é tão culpado que, a bem da verdade, nem sequer merece defesa!

O decurso do tempo e a conclusão do inquérito policial, que só se perfectibilizou em meados de março/2013, e que está organizado em cerca de dez mil páginas, revelou, porém, o indiciamento criminal de 16 pessoas, entre elas bombeiros (03), servidores do Executivo Municipal (04), integrantes da banda e sócios da boate⁵, aduzindo que a notícia foi efetivamente parcial, e que as *estratégias* da defesa não estavam assim tão destoantes da realidade!

A completa neutralidade da informação não é possível, porque todo dizer remete a um espaço de memória e cada acontecimento novo desloca-o, reorganiza-o. Ou seja, todo o dizer é desdobrável em múltiplos efeitos. Nesse caso, a ideologia tem seu papel e produz seus efeitos sobre o sujeito, sobre os sentidos, sobre os desdobramentos do dizer.

Em relação ao nosso estudo, é possível afirmar que a notícia foi acusatória demais e, nela, encontram-se subjacentes as "representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo", como diz Pêcheux (1993, p. 85), que dão "nascimento a 'tomadas de posição'" e que coloca em jogo pressuposições sobre o outro e sobre si mesmo. E o que está claro, ao menos para nós, é que quando age assim, a mídia, além de assumir uma tal postura nitidamente acusadora, acaba por violar gravemente vários direitos fundamentais do acusado (ou já "condenado" na perspectiva jornalística).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Glossário de termos do discurso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

FOUCAULT, Michel. (1979). Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 179-191.

GONZATTO, Marcelo. Estratégia da defesa de Kiko, um dos donos da boate Kiss, é a humanização do réu. In:

⁵ In.: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/policia-apresenta-conclusoes-do-inquerito-sobre-tragedia-na-boate-kiss.html>, acesso em 22/3/2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/02/estrategia-da-defesa-de-kiko-um-dos-donos-da-boate-kiss-e-a-humanizacao-do-reu-4034958.html>

LISBOA, Noeli Tejera. A oposição silêncio e interdito no funcionamento da linguagem e suas relações com a ideologia. p. 151-164. *Organon* – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 24, n. 48, 2010.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MITTMANN, Solange. Funcionamentos discursivos de saturação e omissão na notícia em rede. p. 165-181. *Organon* – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 24, n. 48, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Silêncio e implícito (Produzindo a Monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 39-46.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Toni (Org.) Tradutores Bethania Mariani [et al.]. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

Site da Globo: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/policia-apresenta-conclusoes-do-inquerito-sobre-tragedia-na-boate-kiss.html>, acesso em 22/3/2013.